

CUMPRA-SE
Sindicato pressiona
pela conquista da
hora-atividade **Pág. 03**

**INICIATIVAS
PARA O POVO**

Coordenadora do Sismuc é eleita
conselheira titular do Conselho
de Economia Solidária **Pág. 06**



Evento acontece
em agosto na
Praia de Leste e
deve reunir 600
servidores da
base **Pág. 06**

Jornal do

SISMAUC

NÓS FAZEMOS A LUTA

SISMUC
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Edição 128 | JUL 2016

www.sismuc.org.br | |

Filiado a:

fessmuc **CONFETAM** **CUT**

Sismuc discute gestão democrática na Prefeitura de Curitiba



*Em seminário, debate mostrou que é preciso passar da
teoria à prática ao construir a educação participativa* **Pág. 05**

Joka Madruga

Carolina Goetten



DIREITO À SAÚDE. Ação definiu que servidores
têm direito a receber a gratificação da Estratégia
Saúde da Família - mesmo os afastados **Pág. 04**

EXPEDIENTE



fessmuc **CONFETAM** **CUT**

Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR
Telefone/fax: (41) 3322-2475
Email: imprensa@sismuc.org.br
Site: www.sismuc.org.br

Jornalista Responsável: Manoel Ramires (DRT 4673)
Jornalistas: Pedro Carrano (MTb 5064),
Carolina Goetten e Gustavo Henrique Vidal (MTb 5928)
Diagramação, charges e ilustrações:
Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)
Revisão: Soraya Zgoda
Impressão: Gráfica Mansão
Tiragem: 12 mil exemplares

DIRETORIA DA GESTÃO **NÓS FAZEMOS A LUTA**

Coordenação Geral: Irene Rodrigues dos Santos
Coordenação de Administração: Giuliano Marcelo Gomes
Coordenação de Finanças: Rosimeire Aparecida Barbieri
Coordenação de Estrutura: Jonathan Faria Ramos
Coordenação de Comunicação e Informática:
Soraya Cristina Zgoda
Coordenação de Assuntos Jurídicos:
Adriana Claudia Kalckmam
Coordenação Formação Estudos Socioeconômicos:
Juliano Rodrigo Marques Soares
Coordenação de Políticas Sindicais: Liliane Rute Cotinho
Coordenação de Organização por Local de Trabalho:
Cathia Regina Pinto de Almeida
Coordenação de Juventude:
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara
Coordenação de Saúde do Trabalhador: Antônia Ferreira
Coordenação de Aposentados: Natel Cardoso dos Santos
Coordenação de Mulheres: Maria Aparecida Martins Santos
Coordenação de Raça: Dermeval Ferreira da Silva
Coordenação de Movimentos Sociais:
Casturina da Silva Berquó



É preciso mudar a cultura do machismo

No dia 16 de junho, Marcos de Oliveira Cunha foi preso no bairro Sítio Cercado, em Curitiba. As investigações da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa apontam que ele teria pago R\$ 2 mil para um adolescente matar a esposa dele, a professora de educação infantil, Lucicleide Gouveia da Luz.

Além de prestar solidariedade à família e aos servidores que perdem uma colega e companheira no local de trabalho, a direção do Sismuc reforça o alerta de que a cultura do machismo vitimiza todos os dias mulheres, por meio de agressões, assédio moral e sexual, estupros, chegando a casos de assassinatos (o chamado feminicídio). O machismo mata! Apesar de as rádios e TVs por vezes retratar os fatos como apenas "crimes passionais". O problema é a cultura do machismo e do patriarcado presente no capitalismo brasileiro.

Isso, numa sociedade que faz da mulher objeto de propriedade, uso e desfrute dos homens, rebaixa seus direitos econômicos e ainda submete a mulher à precarização, à dupla ou tripla jornada de trabalho.

Não podemos permitir a impunidade e a continuação deste cenário. O Sismuc constrói e incentiva a luta dos movimentos populares contra o machismo, espaços onde as mulheres organizam suas pautas e lutas. É o caso da Marcha Mundial

de Mulheres, que ganha espaço em nossos veículos de comunicação.

CASA DA MULHER BRASILEIRA. Por isso, estive na luta por uma Casa da Mulher Brasileira que garanta o acolhimento, proteção, punição e combate à cultura do machismo e a centralização do atendimento à mulher em situação de violência. O presidente golpista Michel Temer (PMDB) e a secretária ilegítima da Secretaria de Mulheres, Fatima Pelaez, faltaram à inauguração da Casa, no dia 28. Porém, as mulheres da sociedade civil fizeram a inauguração legítima desse espaço. A Casa é uma política do governo Dilma desenvolvida desde 2013. Curitiba é a segunda capital do país a inaugurar o espaço. E é fato que o governo golpista de Temer já retirou em seu início cerca de R\$12 milhões, retirado das pastas extintas de mulheres, igualdade racial e Direitos Humanos.

As mulheres buscam conquistar espaços de direção e ter voz também nas entidades dos trabalhadores. Por isso, o Sismuc luta pelo empoderamento das mulheres, pela paridade e participação das mulheres nas lutas do sindicato.

Como grande parte dos segmentos que conformam o funcionalismo municipal são mulheres trabalhadoras, sabemos das suas dores e dificuldades no cotidiano. E temos certeza de que a luta das mulheres é a luta dos servidores públicos municipais!

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para a Coluna do Leitor do Jornal do Sismuc:

imprensa@sismuc.org.br



SERVELINO, o servidor



DIREITOS DO TRABALHADOR. Sindicato participou de audiência na 2ª Vara da Fazenda Pública e pressiona pela vigência da hora-atividade

Cumprimento da hora-atividade é demanda urgente

Por Carolina Goetten

A 2ª Vara da Fazenda Pública foi sede de audiência sobre a pauta da hora-atividade, que desde 2007 é reivindicada pelos servidores municipais e pelo Sismuc. O Sindicato compareceu com cinco testemunhas, cujos depoimentos denunciaram a realidade dos professores da Educação Infantil em Curitiba: a categoria se obriga a levar trabalho para casa para atender às especificidades e demandas da profissão.

A legislação determina que 20% da carga horária desses professores seja destinada à hora-atividade, momento voltado ao preparo das aulas, à reflexão sobre o processo de aprendizagem, ao planejamento de tarefas e à avaliação de resultados.

A audiência provou que, mais uma vez, a prefeitura não cumpre a Legislação Federal, com exigência de 33% sobre a carga horária, e nem mesmo a Municipal, de 20%: sequer levou testemunhas que pudessem alegar o contrário.

MOBILIZAÇÕES PELA HORA-ATIVIDADE. Depois de inúmeras tentativas de negociação, com denúncia ao Ministério Público, atos e greves, não havendo mais espaço para diálogo, o Sismuc entrou com ação judicial pedindo indenização por danos morais aos professores prejudicados. “Essa é uma pauta prioritária para o Sindicato: estamos há quase dez anos brigando para que a lei seja cumprida, por meio de diversos debates e mobilizações”, declara a coordenadora geral do Sismuc, Irene Rodrigues.



Agora, o Sismuc aguarda a decisão do juiz e espera que a sentença seja favorável à categoria. Irene destaca que o cumprimento da hora-atividade interfere diretamente na qualidade do serviço prestado e incide também na saúde dos trabalhado-

res. “Para nós, esta não é uma ação meramente monetária. Trata-se de respeito à categoria e de valorização - tanto dos profissionais da educação infantil quanto do atendimento com qualidade à população de Curitiba”, conclui a coordenadora. ▲

A HORA-ATIVIDADE NA LEGISLAÇÃO

▶ Segundo a lei municipal 12348/07, a hora-atividade de 20% é o mínimo que a prefeitura deveria cumprir. Por meio dessa lei, instituiu-se esse percentual da carga horária para os cargos de educador e educador social, que atuam na Educação Infantil.

Já a lei do Piso Nacional (Lei nº 11.738) reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ambas são importantes para que os profissionais da educação possam, no ambiente

de trabalho, planejar o conteúdo e as atividades a serem desenvolvidas com as crianças. Mesmo assim, Prefeitura de Curitiba não cumpre sequer com percentual mínimo de 20%, que é um direito conquistado pelos trabalhadores e pelo Sismuc.

EM QUEDA. Segundo o Dieese, despesas com pessoal caiu no último ano

Fruet reduziu investimentos no servidor público

Manoel Ramires



Por Manoel Ramires

O prefeito Gustavo Fruet reduziu a verba destinada aos servidores municipais. É isso que revela análise técnica feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) a partir de estudo da lei de responsabilidade fiscal (LRF). A queda foi de 44,41% dos recursos em 2015 para 43,28% no primeiro quadrimestre de 2016.

Dois fatores podem ser apontados para a queda do índice. O primeiro deles é o aumento da receita corrente acumulado do município em 18,46% entre maio de 2015 e abril de 2016. A elevação

“é decorrente do aumento significativo da Receita Patrimonial e das Outras Receitas Correntes”, avalia o Dieese. O segundo aspecto é a diminuição de servidores da ativa. De acordo com o Conselho de Administração do IPMC, a Prefeitura tinha 34.827 servidores ativos. Atualmente são 33.814 servidores.

Para o Dieese, Fruet reverteu uma tendência na lei. “O município de Curitiba apresentou no período de 2011 a 2015, uma tendência de alta deste percentual, passando de 35,98% para 44,41%, todavia, no primeiro quadrimestre de 2016 houve uma alteração desta tendência, caindo para 43,28%”, esclarece o departamento. ▲

GARANTIDO. Ação definiu que servidor tem direito a receber ESF mesmo afastado

Pedro Carrano



Assim como em 2008, servidores questionam decisões da gestão sobre o ESF

Sismuc conquista na Justiça direito à saúde

Por Manoel Ramires

O Tribunal de Justiça do Paraná decidiu que servidor afastado para cuidar de sua saúde não pode ter suspensa a gratificação referente à Estratégia Saúde da Família. A definição final de 2016 se deu após ação que o Sismuc entrou em 2008 contra o prefeito Beto Richa. À época, o decreto 1271/08, de 28 de dezembro, regulamentava o ESF, excluindo da gratificação trabalhadora com problemas de saúde.

A decisão garante a todos os servidores do ESF a gratificação, mesmo que afastados. O decreto de 2008 estabelecia a suspensão da gratificação do ESF para quem ficasse mais de 90 dias afastado por Licença para Tratamento de Saúde (LTS). Eles não poderiam, portanto, receber a gratificação. Esse valor varia entre 50% e 80% do vencimento básico de cada servidor.

Em 2009, o sindicato entrou com uma ação ju-

dicial (1322/09) na Segunda Vara da Fazenda Pública. O intuito do sindicato era garantir o direito à saúde de seus servidores, considerando isso inviolável. Na decisão da justiça foi concedida liminar e a Prefeitura de Curitiba foi obrigada a reeditar o decreto, garantido que mesmo o servidor estando afastado manteria o direito a receber o ESF. O que ocorreu em 2016 é a decisão final do processo (transitado em julgado).

“Esta é a consolidação de uma conquista significativa. Muitos servidores que ao longo desse tempo tiveram sua saúde prejudicada e continuam recebendo ESF, nem se dão conta que isso só ocorre graças à ação movida pelo Sismuc”, esclarece Irene Rodrigues, coordenadora do Sismuc.

PERDAS FINANCEIRAS. A liminar foi deferida em setembro de 2009. O impasse, neste momento, ocorre porque entre março e setembro de 2009,

com o decreto em vigor, alguns servidores deixaram de receber os valores. Neste sentido, o Sismuc convoca esses trabalhadores para que seja executada a ação e seja paga os valores não recebidos. Para isso, os municipais da saúde que participavam do ESF devem procurar a assistência jurídica do sindicato para dar entrada em ação. “Se alguém perdeu precisamos executar para receber o valor perdido”, explica o advogado Ludimar Rafanhim.

RESTRIÇÃO É DIFERENTE DE ATESTADO. Esse debate sobre o Estratégia Saúde da Família é diferente do imbróglio que ocorre no governo Gustavo Fruet. O decreto de Beto Richa não permitia que nenhum servidor ficasse doente. Já na atual gestão, Fruet impede que municipais do ESF que têm restrição médica participem do programa. Afastamento por doença não pode, portanto, cessar o pagamento da gratificação. ▲

CIDADES. Diretora do Sindicato é eleita delegada para a etapa estadual Sismuc participa do ComCuritiba e debate o futuro da cidade

Por Carolina Goetten

▶ A Conferência Municipal de Curitiba (ComCuritiba) ocorreu na última semana com o objetivo de debater políticas públicas voltadas ao futuro da cidade. Seis representantes da Diretoria

do Sismuc participaram do evento, considerado um espaço importante para avaliação das demandas e problemas da capital e para discussão de novas ideias que possam modificar essa realidade.

Ao fim do evento, a coordenadora de Movimentos Sociais do Sismuc, Casturina Berquó,

foi eleita delegada para representar a capital do Paraná na etapa Estadual da Conferência, que ocorrerá em março de 2017. “Vou levar as demandas da comunidade e da classe trabalhadora para que seja possível avançar nas conquistas”, diz Casturina. ▲

GESTÃO DEMOCRÁTICA. Evento ocorreu com o propósito de preparar professores na construção de processos de gestão participativa

Seminário promovido pelo Sismuc discutiu a Gestão Democrática da Educação

Por Carolina Goetten

Com o objetivo de debater formatos mais participativos no dia a dia das escolas, o Sismuc realizou, no final de junho, o seminário Gestão Democrática da Educação. O evento contou com a palestra de especialistas para orientar as discussões, no propósito de orientar e preparar professores de educação infantil na construção de processos alternativos ao administrar e gerir a dinâmica das unidades escolares.

Cinco professoras foram convidadas para formar a mesa: Angela Scalabrin Coutinho, membro do Fórum de Educação Infantil do Paraná (Feipar) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação da UFPR; Adriana Dragone, que também integra o Feipar e é pesquisadora do Núcleo de Políticas Educacionais da UFPR; e as Conselheiras Municipais de Educação de Curitiba e pedagogas Maria Cristina Stival, Vera Lucia Bandeira e Maria Aparecida da Silva. Elas expuseram, dentre outros pontos, o conceito de gestão democrática, refletiram sobre a construção de práticas mais participativas no ensino e debateram o papel dos gestores escolares.

EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA. O seminário é mais uma etapa das conquistas obtidas com a greve da educação. Após a paralisação ocorrida em março de 2014, a Prefeitura de Curitiba reverteu o entendimento quanto à forma de nomear direções dos Cmeis. Se dependesse da gestão, os profissionais não teriam direito a voto nessa escolha.

Até o entendimento do Ministério Público foi diferente após o diálogo do Sindicato sobre a necessidade de ampliar a democracia nas escolas. Essa mudança de cenário levou à constru-



Carolina Goetten

Palestrantes abordaram formatos mais participativos na gestão escolar

“ Uma gestão democrática significa inserir alunos, pais, professores e gestores nos processos da escola, gerando um processo de ampla participação ”

Angela Scalabrin, Palestrante no seminário e professora da UFPR

ção do seminário, criado como um espaço de formação para professores que tenham interesse em conduzir e participar do processo eleitoral nas escolas em que atuam.

A pedagoga Maria Cristina Stival definiu o evento como mais uma possibilidade de refletir sobre o tema da gestão democrática. Segundo ela, o conhecimento e o aprendizado levam a uma participação mais efetiva dos

cidadãos. “Sob o processo da formação, o indivíduo se reconhece como detentor de direitos num país democrático, onde pode exercer um papel ativo e não apenas passivo frente às instâncias sociais”, define a pedagoga.

Ela destaca que, quando o cidadão tem acesso a espaços de debate, ele passa a atuar de forma mais crítica e interessada no processo. Isso vale para professores, alunos,

gestores, pais e toda a comunidade na qual a escola se insere. “Com essa participação ativa, cada um se sente como parte integrante da escola. Nisso, é importante que cada um leve o conhecimento adquirido a seus pares e dissemine o que aprendeu”, indica a pedagoga.

FALAS DA MESA. Em sua fala, a professora Angela Scalabrin destacou que a democracia não pode ser definida meramente como a “vitória da maioria”, mas representa um processo que resulta do diálogo, de construção e reconstrução de ideias, da busca por consensos. “E o consenso se obtém por meio do argumento, das falas com lógica e persuasão, baseadas em conhecimento. É discutir uma ideia e se posicionar perante a ela. A verdadeira democracia é o resultado de um debate com conhecimento, que leva a um consenso”, complementa Maria Cristina, sobre a importância de garantir a formação sobre as questões de ensino a todos os que delas participam.

Angela Scalabrin salientou, ainda, que uma escola democrática é aquela que envolve a comunidade e que forma o cidadão, não se restringindo à formação do aluno. “Uma gestão democrática significa inserir alunos, pais, professores e gestores nos processos da escola, gerando um processo de ampla participação”, conclui.

A também palestrante Maria Aparecida da Silva, vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Curitiba, alertou que simplesmente eleger uma direção não é garantia de gestão democrática. “É preciso acompanhar a atuação dos Cmeis e mostrar para a comunidade que ela pode e deve participar das decisões da escola. Não se trata de ‘pegar tarefas’, e sim de participar das decisões”, explicou a pedagoga. ▲

EVENTO SINDICAL. No encontro foram eleitos dez nomes, entre titulares e suplentes

Coletivo dos aposentados nomeia delegados para o Congresso do Sismuc

Por Carolina Goetten

O coletivo de aposentados se reuniu na sede do Sismuc, no último domingo de junho, para debater as demandas da categoria. O encontro teve início com uma prática descontraída de dança do ventre.

Dentre outros pontos de pauta, o coletivo nomeou cinco delegados titulares e cinco suplentes para representá-los no 11º Congresso do Sismuc.



Repórter da base

CONFIRA OS DELEGADOS ELEITOS:

TITULARES

Salvelina Borges
Benvenida de Souza
Arilda G. de Souza
Maria Aparecida
Renato Alves Ferreira

SUPLENTES

Delaci dos Santos Gusso
Miquelina Vera Rodrigues
Maria Casturina Ribeiro
Verônica Ulbrich
Maria Lori Hollatz ▲

INCOMPLETO. Sismuc leva à Justiça enquadramento de técnicos e nível médio da Saúde

Prefeitura não completa a criação de cargo Técnico de Enfermagem em Saúde Pública

Por Pedro Carrano

A Lei 14507 cria os cargos de auxiliar de Saúde Bucal em Saúde Pública e técnico de Enfermagem em Saúde Pública, alterando a denominação dos cargos ASB e auxiliar de enfermagem.

Os procedimentos foram iniciados em dezembro de 2015 e encerrados em junho.

Mas a Prefeitura impôs o enquadramento de apenas 15% da categoria. Neste ritmo, levaria muito tempo para a conclusão, de acordo com o Sismuc, que usa a comparação dos "excluídos da Saúde". "Temos dito que deveria ser feito o procedimento para todas as pessoas que preencham os requisitos para o enquadramento como Técnico de Enfermagem ou ASB nível médio", afirma Irene Rodrigues, da coordenação do Sismuc. ▲

AÇÃO NA JUSTIÇA

▶ A Prefeitura não abriu espaço de negociação, de acordo com o sindicato. O que levou o Sismuc a algo que não é o melhor método, mas é necessário neste caso: a justiça foi acionada, gerando o processo de número 0003663-65.2016.8.16.0004, na 4ª Vara da Fazenda Pública.

DESENVOLVIMENTO. Iniciativa deve estimular criatividade e autogestão do povo

Sismuc integra Conselho de Economia Solidária

Prefeitura de Curitiba



Membros eleitos para o Conselho

Por Manoel Ramires/Informações Prefeitura Curitiba

Foi empossado o Conselho de Economia Solidária de Curitiba. O Sismuc participa com assento fixo. A coordenadora Casturina Berquó foi eleita conselheira titular. Esta será a primeira gestão do Conselho, que foi criado pela Lei 14.786, sancionada pelo prefeito Gustavo Fruet no dia 2 de março.

A lei garante amparo às iniciativas voltadas para a economia popular solidária, cujas principais características são a cooperação, o trabalho solidário, a autogestão e o desenvolvimento sustentável e responsável e distribuição equitativa das receitas produzidas.

O Conselho é composto por 12 membros. Essa gestão é válida por dois anos. Integrante do conselho, a coordenadora do Sismuc Casturina Berquó destaca "que esse projeto foi criado no governo Dilma Rousseff com a intenção de dar sustentabilidade às políticas de fomento e criatividade, abrindo novos espaços de trabalho para o povo". ▲



12.13.14 DE AGOSTO

ASSOCIAÇÃO BANESTADO | PRAIA DE LESTE

UNIDOS NA LUTA
VENCEMOS



na pauta

Desvinculação de Receitas da União (DRU)

▶ No retorno do Congresso após recesso, a pauta da Desvinculação das Receitas da União (DRU) deve entrar em votação no Senado. Este projeto permite que o governo use 30% dos recursos de forma livre, mesmo se usar o dinheiro destinado à Saúde, Educação e Assistência Social. Um retrocesso na Constituição de 1988, que garante políticas públicas universais, mas que tendem a não ser cumpridas, com a redução do Orçamento.

69 milhões

▶▶ de crianças morrerão em 15 anos devido à desigualdade social, afirma relatório da Unicef de 2016.

LDO 2017 passa em 2º turno

▶ A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 obteve 30 votos favoráveis no plenário, durante a apreciação em segundo turno. Professora Josete (PT) e Tico Kuzma (Pros) fizeram críticas ao formato das audiências públicas da Prefeitura de Curitiba e às metas em relação ao número de novos cméis para o ano que vem, questões que foram respondidas pelos vereadores Paulo Salamuni (PV) e Pedro Paulo (PDT). “Em vez de a gente aprimorar as audiências públicas das leis orçamentárias”, apontou Josete, “esse espaço se tornou mais difícil para a população”. A vereadora se referiu à mudança de horário das reuniões, do período noturno ao vespertino, das 16h às 18h. Ela criticou também o formato das audiências. (José Lázaro Jr - CMC)



Gazeta do Povo

A tocha não é de graça!

▶ A Tocha Olímpica percorre cidade a cidade, deixando um rastro também de gastos municipais. Os gastos variam, desde os R\$ 50 mil estimados na passagem por Cascavel (Oeste do Paraná) até os R\$ 4,3 milhões gastos no Distrito Federal. Até o fechamento desta edição, a Prefeitura de Curitiba não divulgou os gastos da passagem pela capital, no dia 14 de julho. Certo é que vai ter ato de protesto.

“ Eu creio que a Igreja não só deve pedir desculpa a essa pessoa que é gay e que ofendeu, mas também deve pedir desculpas aos pobres, às mulheres e às crianças exploradas no trabalho ”



Papa Francisco, em entrevista, no final de junho

divulgação

EDUCAÇÃO. Ato reuniu mais de cem manifestantes

FETEMS / Facebook



Trabalhadores em Educação lutam contra a retirada de direitos pelo governo Temer

Contra retirada de direitos, trabalhadores em Educação ocupam e ‘trancam’ MEC

Com informações da Rede Brasil Atual (RBA)

▶ No final de junho uma mobilização em São Paulo reuniu professores e trabalhadores em educação. A categoria fez o chamado “ato em defesa da democracia, da Educação pública e dos direitos dos trabalhadores em Educação”. No ato, cerca de cem manifestantes ocuparam pacificamente o hall do prédio do Ministério da Educação (MEC), em Brasília.

A ocupação resistiu ao longo de todo o dia, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Como principal bandeira, o grupo defende a resistência contra a desvinculação de receitas da educação, a ameaça à política salarial dos servidores públicos, como o fim da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, o fim das receitas do pré-sal para Educação e o encerramento da aposentadoria especial do magistério.

A CNTE se posicionou contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, do governo golpista de Michel Temer. Essa proposta determina o que a Confederação considera um retrocesso: por um prazo de 20 anos, haverá um limite máximo de despesas primárias para cada um dos poderes da União, independentemente das receitas do órgão. “Ela limita

os gastos com as políticas públicas, que na prática se resume à desvinculação de recursos para a Educação e a Saúde. Nós conquistamos na Constituição de 1988 a vinculação dos recursos à educação. A partir do momento que o governo Temer retira isso, vai tornar a situação precária”, disse à RBA a secretária-geral da CNTE, Marta Vanelli.

OUTROS PREJUÍZOS. O ato também denunciou o desmanche do Conselho Nacional de Educação, cujos titulares deveriam ter mandato de quatro anos. Por decreto, assinado em conjunto com o ministro da Educação, Mendonça Filho e publicado no Diário Oficial da União, Temer revogou a nomeação de 12 conselheiros, nomeados em 11 de maio pela presidenta Dilma Rousseff.

“Ocupamos o MEC para dar um recado claro ao presidente interino golpista e ao ministro da Educação que é conservador. Nós não aceitaremos a retirada de direitos dos trabalhadores da educação. Também não aceitaremos a redução de

recursos, nem a desvalorização e imposição da “lei da mordada”. Nenhum direito a menos para a Educação do Brasil”, afirmou à RBA a vice-presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, Sueli Veiga.

“ Ocupamos o MEC para dar um recado claro ao presidente interino golpista e ao ministro da Educação, que é conservador. Nenhum direito a menos para a Educação do Brasil ”

Sueli Veiga, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

AGENDA



Julho

- 04** **Coletivo dos Administrativos** Horário: 19:00
Local: Sismuc
- 05** **Coletivo dos Delegados Sindicais** Horário: às 9:00 e às 14:00
Local: Sismuc
- 06** **Coletivo dos Trabalhadores de escola** Horário: 19:00
Local: Sismuc
- 09** **Seminário FAS** Horário: das 9:00 às 17:00
Local: APP-Sindicato
- 11** **Coletivo da Saúde** Horário: 19:00
Local: Sismuc
- 12** **Ato Nacional dos Servidores Públicos, convocado pela Frente Brasil Popular** Horário: 9:00
Local: Brasília (ato nacional)
- 13** **Conselho Municipal de Saúde** Horário: 14:00
Local: Edifício Laucas
- 14** **Coletivo da Fundação de Ação Social (FAS)** Horário: 19:00
Local: Sismuc

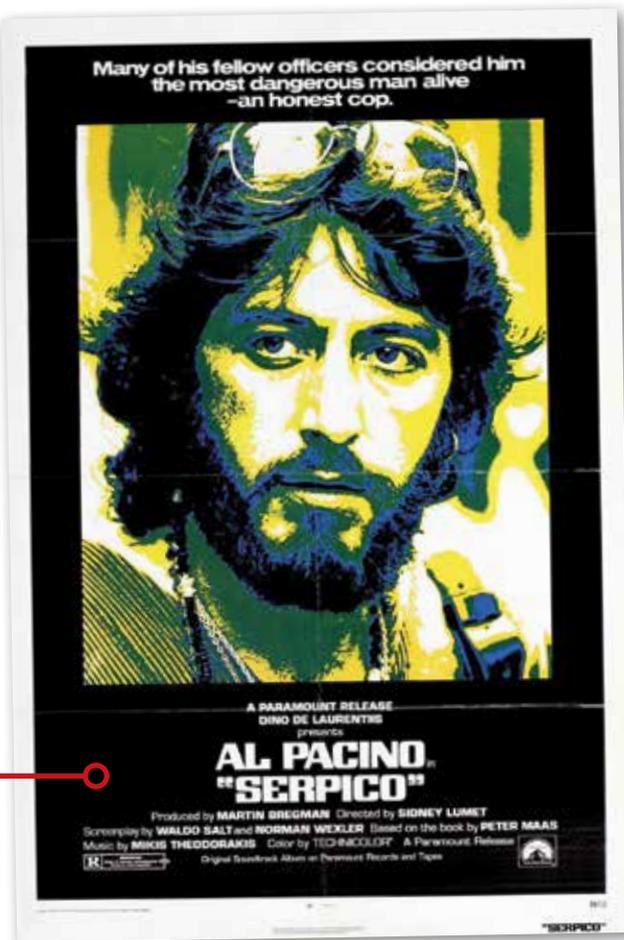
RESENHA

Mera coincidência?

Por Carolina Goetten

Embora o filme tenha mais de 30 anos, a história do longa "Serpico" em muito se parece com os bastidores da política brasileira de nossos dias. O personagem Frank Serpico, interpretado por Al Pacino, é um jovem policial de ideais honestos que se nega a participar do esquema de corrupção da polícia, na contramão de quase todos os seus colegas. O conchavo com que se depara está enraizado nas delegacias e em toda a instituição: agentes aceitam dinheiro de criminosos em troca de fazer vista grossa para suas infrações.

Quando se recusa a participar do esquema e passa a tentar denunciá-lo, o protagonista coleciona inimigos de leste a oeste nos Estados Unidos. A corrupção é generalizada entre seus colegas; ao ser transferido inúmeras vezes, Serpico percebe que o problema é estrutural e se repete em diversas corporações. Ele segue firme no propósito de limpar a polícia, mas sua indignação passa a colocar a vida dele em risco. **M**



SERVIÇO

- ▶ **DATA DE LANÇAMENTO:** 25 de janeiro de 1974 (Brasil)
- ▶ **DIREÇÃO:** Sidney Lumet
- ▶ **AUTOR:** Peter Maas
- ▶ **ELENCO:** Al Pacino, John Randolph, Jack Kehoe

EM JULHO...

ágora

A REVISTA DOS TRABALHADORES

#8



SISMUC

SEMINÁRIO DOS TRABALHADORES DO SUAS

A gente que FAS

O que temos e o que queremos (Fundação de Ação Social)

9 de julho

das 9 às 17 horas
APP-Sindicato (Avenida Iguaçu, 880)

PROGRAMAÇÃO

MANHÃ	TARDE
<ul style="list-style-type: none"> ▶ A importância da assistência social no Brasil: Avanços e desafios ▶ A Assistência Social que a gente FAS em Curitiba 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O papel do Educador Social na estrutura do SUAS ▶ Debate: Redução de jornada para 30 horas em Curitiba. O caso dos "Excluídos da Saúde" ▶ Debate: Plano de Carreira na FAS